

CONFINADAS AO CUIDADO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A POSIÇÃO FEMININA DIANTE DA PANDEMIA POR COVID-19

CONFINED TO CARE: SOME CONSIDERATIONS ON THE FEMALE POSITION AMID
THE COVID-19 PANDEMIC

Camila Marchiori Pereira¹

Livia Meneghel Fonseca²

Gabriela Oliveira³

Luziane Zacché Avellar⁴

RESUMO: O isolamento social imposto pela pandemia reforçou o papel das mulheres como cuidadoras principais no lar, aumentando a carga de trabalho doméstico e o risco de violência de gênero. Por meio de uma revisão narrativa de literatura, o artigo discute as implicações das medidas e mudanças instauradas pela pandemia por Covid-19 para a população feminina. O estudo destaca como o isolamento social exacerbou as desigualdades sociais, especialmente para as mulheres em situação de vulnerabilidade, como aquelas que trabalham no setor informal e no cuidado doméstico. O aumento da violência doméstica durante a pandemia é apontado como uma preocupação significativa, destacando a importância de políticas públicas sensíveis ao gênero e de apoio às mulheres em situação de violência. Diante desse cenário, o artigo conclui chamando a atenção para a necessidade de uma abordagem sensível ao gênero na formulação de políticas de saúde e assistência social, além de destacar a importância de se questionar as relações socioculturais que perpetuam a violência contra as mulheres.

2729

Palavras-chave: Mulher. Saúde da Mulher. Covid-19. Violência de Gênero.

ABSTRACT: The social isolation imposed by the pandemic has reinforced the role of women as primary caregivers in the home, increasing the burden of domestic work and the risk of gender-based violence. Through a narrative literature review, the article discusses the implications of measures and changes instituted by the Covid-19 pandemic for the female population. The study highlights how social isolation has exacerbated social inequalities, especially for women in vulnerable situations, such as those working in the informal sector and domestic care. The increase in domestic violence during the pandemic is identified as a significant concern, emphasizing the importance of gender-sensitive public policies and support for women experiencing violence. In light of this scenario, the article concludes by calling attention to the need for a gender-sensitive approach in the formulation of health and social assistance policies, as well as emphasizing the importance of questioning the socio-cultural relationships that perpetuate violence against women.

Keywords: Woman. Women's Health. Covid-19. Gender-based Violence.

¹Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, Espírito Santo.

²Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, Espírito Santo.

³Doutora em Saúde Coletiva pela mesma Universidade. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, Espírito Santo.

⁴Doutorado em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (USP). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, Espírito Santo.

INTRODUÇÃO

A pandemia por Covid-19 instaurada em 2020 permanece trazendo consequências diretas às vidas das pessoas em todo o mundo. O isolamento social proposto como uma estratégia de enfrentamento à epidemia reforçou um lugar já conhecido por perpetuar uma posição de sobretrabalho feminino: o ambiente doméstico (ALENCAR et al., 2020; ARAÚJO; LUA, 2021).

Com o isolamento social, as taxas de violência doméstica aumentaram em todo o mundo (BARBOSA et al., 2021), sendo chamada de “Pandemia das Sombras”, reforçando que o ambiente doméstico nem sempre se apresenta como um lugar de proteção para a mulher. Desse modo, a principal estratégia de enfrentamento adotada a conter a maior crise sanitária já vivenciada na história possui efeitos colaterais que podem reverberar maximizando lugares de solidão, invisibilidade, sobretrabalho e violência para muitas mulheres.

A mulher brasileira se divide em mil papéis no dia a dia, exercendo trabalhos dentro e fora de casa, sendo o ambiente doméstico, o lugar no qual exerce mais tipos de trabalho, sob diferentes vias: como mãe, filha, esposa, avó. Este modo de trabalho é perpassado pelo ato de cuidar, em todos os papéis socialmente delimitados ao feminino, o cuidado é inerente ao ofício (ALMEIDA, 2007).

As formas tradicionais de participação masculina no mercado de trabalho apenas são possíveis porque as funções de cuidado são delegadas às mulheres, porém, o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho não modificou suas atribuições em termos da delegação do trabalho doméstico distribuído, e sim em dupla sobrecarga das mulheres para atender às demandas de trabalho dentro e fora de casa (HIRATA; KERGOAT, 2007).

E agora, somados ao advento da pandemia, o trabalho que antes se exercia fora de casa, passa a se gerir dentro do ambiente doméstico, somando-se aos outros cuidados. O “cuidar” é um conceito que pode ser lido de diferentes formas, como carinho, controle, ajuda e acolhimento... Mas aqui, nos referimos ao “cuidado” enquanto ao trabalho não remunerado historicamente confiado às mulheres no ambiente doméstico (TAVERO et al., 2018). É importante pontuar que trata-se de um lugar culturalmente reforçado por um padrão hegemônico patriarcalista, são concepções sobre o feminino que se perpetuam sobre as gerações e determinam posições sociais que supostamente seriam inerentes ao gênero feminino.

O presente trabalho trata-se de uma revisão narrativa de literatura, revisões deste tipo descrevem e discutem o desenvolvimento de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual. A revisão narrativa não se prende à sistematicidade da coleta de artigos, busca realizar um apanhado amplo que constituem a análise da literatura científica na interpretação e análise crítica do autor. As revisões narrativas contribuem no debate de temáticas emergentes colaborando na aquisição e atualização do conhecimento em curto espaço de tempo (ROTHER, 2007).

Esta revisão aponta para a historicidade da concepção de cuidado enquanto tarefa eminentemente feminina e para o ambiente doméstico como lugar histórico de sobrecarga e invisibilização, que diante da pandemia e isolamento social, acabam por contribuir para o aumento de vulnerabilidades sociais e violências contra à mulher.

Buscou-se evidenciar e defender que as implicações da pandemia no campo da saúde da mulher não pode ser tomado como um processo de causa e efeito ahistórico, como se por exemplo, o imperativo de limpeza e circunscrição ao ambiente domiciliar já não fosse algo vivenciado a anos pelas mulheres. Logo, a pandemia, com a medida de isolamento social, maximizou a experiência das mulheres em um ambiente historicamente conhecido, indicando poucas mudanças sociais em relação à posição feminina no ambiente doméstico, à naturalização da sobrecarga e processos de invisibilização. Vale ressaltar que essa experiência foi ainda mais intensa, tendo em vista que desarticulou a rede de apoio da mulher, com o fechamento de várias instituições e a recomendação do isolamento social.

Diante disto, esta revisão discute as implicações das medidas e mudanças instauradas pela pandemia por Covid-19 para a população feminina, salientando a importância do debate das produções socioculturais de gênero de modo a não perpetuar concepções reducionistas que guiam práticas de saúde para a população feminina. Aposta-se, nesta discussão, em uma produção de conhecimento voltada à promoção à saúde para mulheres ancorada em uma perspectiva ampliada sobre a saúde (BRASIL, 2009), tomando aspectos sociais, históricos e culturais como elementos fundamentais para debate. A discussão estrutura-se em três tópicos: “Entre a mulher e o cuidado: aspectos históricos e sociais”; “Isolamento social: terreno fértil para o silenciamento e invisibilização”; “Pandemia: isolamento ou alienação?”.

Entre a mulher e o cuidado: aspectos históricos e sociais

Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:
vai carregar bandeira.
Cargo muito pesado pra mulher,
esta espécie ainda envergonhada.

Aceito os subterfúgios que me cabem,
sem precisar mentir.
Não tão feia que não possa casar,
acho o Rio de Janeiro uma beleza e
ora sim, ora não, creio em parto sem dor.
Mas, o que sinto escrevo. Cumpro a sina.
Inauguro linhagens, fundo reinos
— dor não é amargura.
Minha tristeza não tem pedigree,
já a minha vontade de alegria,
sua raiz vai ao meu mil avô.
Vai ser coxo na vida, é maldição pra homem.

Mulher é desdobrável. Eu sou.

(Adélia Prado em “Com licença poética”)

Ser mulher é ser muitas ao mesmo tempo: mãe, filha, esposa, trabalhadora, dona de casa. O papel social da mulher tem sido marcado historicamente pela maternidade e pelo cuidado doméstico, com a luta feminista novas possibilidades foram conquistadas para as mulheres, como o direito ao voto e o mercado de trabalho. Porém, as novas possibilidades vieram a acumular-se às demais e não à substituí-las, uma vez que as mulheres continuam sendo responsáveis por funções culturalmente direcionadas à figura feminina (GARCIA; VIECILI, 2018).

A maternidade como sinônimo de cuidado e amor também é fruto de uma construção histórica e social. Na Idade Média, após o parto, a mãe entregava a criança para uma ama de leite, geralmente camponesas pobres, que ficavam responsáveis pela criação das crianças, oportunizando à mãe biológica o retorno ao trabalho. Não havia um valor especial ou ligação afetiva atribuída à maternidade e aos cuidados das crianças, o que contribuía para uma alta taxa de mortalidade infantil (GRADVOHL et al., 2014).

Foi com o advento do capitalismo e crescimento da burguesia que se iniciou a divisão entre a esfera pública e privada, a fim de garantir uma organização social para atender as demandas de produção, cabendo ao Estado administrar as relações de produção e às famílias as condições de sobrevivência. Com essas mudanças sociais, a criança passou a ocupar um lugar especial na família, sendo uma responsabilidade dos pais, especialmente da mãe. A partir do século XIX, a mulher passou a assumir o papel de educadora e criadora de uma sociedade futura. Assim, antes de tudo, a mulher é vista como mãe, naturalizando o amor materno e validando qualquer sacrifício em nome da criação dos filhos (CORREIA, 1998).

O cuidado é associado à figura feminina, considerada cuidadora por razões biológicas e de natureza, sendo que há uma representação do cuidado aliado ao sexo feminino como se

o cuidar fosse um dom dado por Deus para a preservação da espécie. Essa crença social imprime uma relação perversa de determinismo e obrigatoriedade nas tarefas de cuidado desde a infância, e isso vai sendo repassado, quando, por exemplo, meninas são colocadas como responsáveis pelo cuidado de seus irmãos mais novos, quando adolescentes ficam encarregadas das atividades domésticas, e a mulher adulta, além de cuidar de seus próprios filhos, ainda é responsabilizada pelo cuidado dos pais e parentes em situação de adoecimento. Nesse percurso, muitas mulheres abdicam de experienciarem plenamente a própria vida por viverem absorvidas pelas obrigatoriedades dos cuidados com a família. Há uma predeterminação cultural travestida de determinismo biológico que oculta uma relação perversa, que não fornece escolhas. Mulheres se veem em posições de cuidado porque foram condicionadas a este papel (BARROS; OLIVEIRA, 2020).

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2019) mostram que em média as mulheres dedicam 18 horas semanais aos afazeres domésticos e cuidados de pessoas como crianças e idosos, enquanto a média dos homens é de praticamente a metade, 10 horas semanais, evidenciando a divisão sexual do trabalho doméstico, o acúmulo das atividades domésticas sobre as mulheres e a sobrecarga de trabalho resultante de uma dupla jornada de trabalho.

2733

A luta feminista, conhecida pelas conquistas aos direitos das mulheres, demarcam o campo das lutas em três frentes temáticas: por direitos civis, políticos e trabalhistas. Estas frentes temáticas também foram demarcadas pelas necessidades engendradas pelo contexto político, social e econômico de cada período, e assim, foram denominadas de “ondas”. Atualmente, acredita-se na constituição de uma nova geração de mulheres que dariam novos rumos ao movimento que seria intitulado como a “quarta onda feminista” (SARDETO et al., 2021).

O movimento feminista é um movimento social, político e cultural que busca reivindicar e lutar pelos direitos das mulheres, a fim de que estas não sejam acuadas por diversas formas de opressão social. Para isso, o feminismo produz reflexões críticas sobre concepções teóricas e práticas no enfrentamento aos discursos e às práticas machistas, sexistas, misóginas e homofóbicas (SARDETO et al., 2021, p. 199).

Nesse contexto, as mobilizações feministas buscam a recusa do silenciamento, a denúncia dos abusos e exploração sexista, visam a desconstrução de papéis construídos historicamente sobre o feminino que perpetuam posições sociais de sofrimento às mulheres (SARDETO et al., 2021). O feminismo no Brasil representa um avanço na luta política por igualdade de direito entre os sexos que se desdobrou em muitos aspectos. Junto ao processo

de redemocratização do país, o feminismo apresentou-se como força primordial para muitas conquistas de direitos para as mulheres. A partir da década de 1980, no caso do Brasil, a criação da Delegacia de Atendimento às Mulheres foi fundamental para o combate aos crimes cometidos contra mulheres, a Lei Maria da Penha (2006) e a Lei do Femicídio (2015) também foram essenciais (BARROS; OLIVEIRA, 2020; SARDETO et al., 2021).

A inserção feminina no mercado de trabalho foi acompanhada por algumas mudanças na legislação trabalhista brasileira. A Consolidação das Leis Trabalhistas dispõe os direitos específicos de proteção à mulher, como o direito à licença maternidade de 120 dias, sem prejuízo no salário, estabilidade a gestante desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, e pausas para amamentar durante a jornada de trabalho, podendo esse ser substituído pelo auxílio creche. Entretanto, essas medidas viabilizam a dupla jornada e não possuem impacto sobre a invisibilização do trabalho doméstico e a sobrecarga materna, sendo necessário ampliar medidas e discussões para uma mudança de paradigma na divisão do trabalho intradomiciliar (HIRATA; KERGOAT, 2007; ARAÚJO; LUA, 2021).

Embora a mulher tenha ampliado suas possibilidades de realização, como no trabalho, a maternidade ainda é prevalente em relação aos outros aspectos enquanto realização pessoal e formação da identidade feminina (COUTINHO, 2008). Nessa lógica, ser uma boa mulher compreende ser uma boa mãe (COUTINHO, 2008). A satisfação e o reconhecimento enquanto mulher passa pela avaliação do outro no desempenho da maternidade. Quanto maior o esforço, maior o reconhecimento, sendo estas, apelidadas de “guerreiras” e “heroínas”. Esses adjetivos reforçam o estereótipo da mulher enquanto cuidadora, romantizam as dificuldades encontradas pelas mulheres em conciliar diferentes papéis, naturaliza as lacunas na rede de apoio e reforçam a ideia do sacrifício para cuidar do outro (NICHOLAS et al., 2020).

Isolamento social: terreno fértil para o silenciamento e invisibilização

Que pretendes, mulher?
Independência, igualdade de condições...
Empregos fora do lar?
És superior àqueles
que procuras imitar.
Tens o dom divino de ser mãe.
Em ti está presente a humanidade!

(Cora Coralina em “Mãe”)

A sobrecarga feminina de trabalho já era conhecida pela literatura, e a pandemia por coronavírus instaurada em 2020 trouxe maior atenção a este tema quando a principal medida contra a disseminação do vírus a ser implantada se baseou no isolamento social ao ambiente doméstico, ambiente este, historicamente e culturalmente, delegado à mulher através da naturalização do trabalho doméstico feminino (ALENCAR et al., 2020).

A mulher-mãe, com os avanços dos direitos feministas e conquista do mercado formal de trabalho, foi compartilhando os cuidados dos filhos e da casa, mesmo que de modo desigual, com outras pessoas e instituições a fim de ocupar outros espaços, como faculdades e trabalho (MATOS; SILVA, 2020). Porém, com o advento da pandemia da COVID-19 e a adoção do isolamento social como medida de contenção do vírus, levou ao fechamento de instituições e a recomendação de evitar contato com outras pessoas. Essas atividades que antes eram compartilhadas, voltam a ser assumidas inteiramente pelas mães, a fim de cumprir o isolamento social e evitar o contágio pelo vírus (SCHIMIDT et al., 2020)

A pandemia traz luz à sobrecarga de trabalho que aflige mulheres no mundo, evidenciando a função de cuidadora que é dada à mulher, e que, se reforça nesse contexto de isolamento social, trazendo impactos significativos na saúde física, mental e emocional das mulheres (BARROS; OLIVEIRA, 2020). De mesmo modo, o isolamento social imposto pela pandemia da Covid-19 alterou as dinâmicas dos modos de viver da sociedade, afetando diretamente as relações no âmbito familiar, dentre as mudanças que ocorreram nesse contexto, sobressai-se o fechamento de creches e escolas, pois com isto, a mulher é tida como responsável pelo cuidado de familiares doentes, pessoas idosas e crianças (ONU, 2020). A sobrecarga feminina do trabalho não remunerado no ambiente doméstico na pandemia se apresenta também no aumento da quantidade de refeições, louças para lavar, maior frequência da limpeza, além do cuidado com as crianças que, devido ao fechamento das escolas, ficam mais tempo em casa, demandando maior atenção, inclusive com a educação remota (SANTOS et al., 2021).

Um estudo feito em todo o território brasileiro sobre as condições de trabalho dos profissionais de saúde no contexto da Covid-19 pela Fiocruz (FIOCRUZ, 2019) evidenciou que a maioria da força de trabalho na pandemia é feminina. O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) também tem pontuado sobre o aumento das desigualdades de gênero e a piora da qualidade de vida das mulheres profissionais de saúde na pandemia. A jornada doméstica é apontada como o impacto mais significativo: as funções de cuidado aumentaram, ficam horas no transporte público no caminho de ida e volta do trabalho,

cumulam plantões e, no pouco tempo que sobra, ainda se dedicam à alimentação e limpeza da casa, quando na verdade, deveriam descansar. Muitas mães ainda têm realizado o distanciamento social após o período de trabalho no intuito de proteger os filhos da transmissão do vírus e, com isso, ficam distantes dos filhos por longos períodos, essa separação contribui para o aumento de vulnerabilidade psíquica entre essas mulheres (SANTOS, 2021).

Sendo a mulher a responsável pelo cuidado, as medidas necessárias contra a Covid-19, como a higienização e a limpeza, também foram delegadas à mulher no ambiente doméstico, o medo pela contaminação torna o trabalho da limpeza e da ordem exaustivamente repetitivo (SANTOS et al., 2021). O trabalho remoto também compareceu como mais uma forma de trabalho no qual as mulheres se viram compelidas a criar novas estratégias para gerenciar. O trabalho remoto não ocorre sob as mesmas circunstâncias que o presencial, mas as metas e os prazos de produtividade permaneceram os mesmos, e em alguns casos, a exigência tornou-se maior diante do cenário.

É importante que este novo cenário não seja observado como uma pura causalidade da pandemia, mas que os aspectos sócio-históricos que envolvem questões de gênero sejam contextualizados, questões de gênero não podem ser negligenciadas mesmo em meio à crise ou urgência (SANTOS, 2021). As violências sociais contra a mulher têm historicidade e têm se manifestado das mais variadas formas diante do cenário, se por um lado isolar-se em casa é apontado como uma medida de proteção, por outro, outras violências também continuam a ocorrer rotineiramente sobre o manto da invisibilidade e da sobrecarga feminina (ALENCAR et al., 2020).

Historicamente, as barreiras impostas pelas desigualdades raciais e de gênero têm sido determinantes no processo saúde-doença-cuidado das mulheres, particularmente das mulheres negras. Quando a violência contra as mulheres é tratada a partir de modelos homogeneizantes que não consideram o processo de historicização das violências de gênero e as singularidades envolvidas, geram-se verdades totalizantes pautadas em concepções reducionistas. Dessa forma, o não reconhecimento das mulheres diante do discurso sociohistórico produzido sobre elas acaba por silenciar ou emudecer mulheres que estão vivendo situações de sofrimento, e ainda, podem acabar por reproduzir ideias generalizantes, estigmatizações e preconceitos (BARBOSA et al., 2021).

Michelle Perrot, historiadora sobre o feminino, defende que escrever a história das mulheres é tirá-las do silêncio em que elas estavam confinadas, pois o silenciamento das

mulheres está ligado ao fato de elas terem a sua atuação centrada na família, no âmbito privado, e isto corroborou e corrobora fortemente até hoje para que as mulheres sejam invisibilizadas socialmente (PERROT, 2007).

Vale lembrar que o trabalho doméstico traz características peculiares que reforçam a exploração das mulheres em seu exercício: a servidão, a gratuidade, o afeto, o cuidado e o tempo inesgotável. Esses elementos corroboram para dificultar a saída das mulheres de um ciclo de exploração em um contexto patriarcal e capitalista que as exploram no mundo do trabalho, seja remunerado ou não. A servidão é uma herança histórica trazida do período escravocrata e patriarcal no Brasil que ainda ressoa de muitas formas (ÁVILA, 2010), e, nesse sentido, a pandemia maximizou posições de exploração e sobrecarga feminina. Entretanto, vale também atentar sobre as formas nas quais o cenário da pandemia contribuiu para o retrocesso de questões de gênero que pareciam ganhar avanço socialmente. Desse modo, pontua-se que o isolamento social comparece nesse cenário como um terreno fértil para a valorização de características que reforçam a exploração, a invisibilização e o silenciamento das mulheres.

Pandemia: isolamento ou alienação?

2737

Já é tarde, tudo está certo
Cada coisa posta em seu lugar
Filho dorme ela arruma o uniforme
Tudo pronto pra quando despertar
O ensejo a fez tão prendada
Ela foi educada pra cuidar e servir
De costume esquecia-se dela
Sempre a última a sair

(Pitty e Martin em “Desconstruindo Amélia”)

Com as diversas medidas de higienização entre as principais formas de enfrentamento à disseminação da Covid-19, o ambiente doméstico é referenciado como um espaço privilegiado de proteção, porém, as medidas de isolamento e higienização escancararam as desigualdades sociais brasileiras em uma população onde muitos não contam com água encanada, esgotamento sanitário e insumos para higienização, em que, muitos dependem de trabalhos informais e formais para o sustento financeiro (BARROS; OLIVEIRA, 2020).

A crise sanitária da Covid-19 revela e amplifica dinâmicas perversas da sociedade, destacando, nesse processo, a justaposição das desigualdades sociais, de classe, de gênero e raciais como um lugar de desprivilegio. No caso das mulheres (entre outros grupos), o imperativo de “ficar em casa” envolve importantes limitações de acesso às políticas públicas

sociais de educação, saúde e assistência social, fato representado no aumento expressivo de violência doméstica contra a mulher durante a pandemia (CRUZ et al., 2020; ONU, 2020; OKABAYASHI et al., 2020).

O aumento da violência doméstica era um fato previsível, uma vez que 30% das mulheres sofrem violência física ou sexual por um parceiro íntimo no mundo (ONU, 2020). O aumento no número de denúncias de violência doméstica foi observado em vários países durante o confinamento, entre eles: Brasil, Austrália, Alemanha, China, Itália, Reino Unido e Estados Unidos (CRUZ et al., 2020).

No estado de São Paulo, comparando-se o mês de março de 2019 e 2020, nota-se que houve um aumento 51% do número de prisões em flagrantes dos praticantes de violência contra a mulher e um aumento no número de feminicídios no primeiro trimestre de 2020 de 138% em comparação ao primeiro trimestre de 2018 e de 38% ao primeiro trimestre de 2019. No Atlas da Violência, com dados correspondentes ao ano de 2021, foi estimado que 3.858 mulheres foram assassinadas em razão de sua condição de gênero, decorrente de violência doméstica ou familiar no país (CERQUEIRA et al., 2023). Especificamente durante o período pandêmico, entre 2020 e 2021, 7.691 vidas femininas foram perdidas no país (CERQUEIRA et al., 2023). A quarta edição da pesquisa “Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, divulgada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2023, ao comparar os dados das edições anteriores mostra que havia uma estabilidade nos indicadores de incidência de violência e que houve um aumento substancial nos números de 2023 (FBSP, 2023).

O isolamento da vítima, o que a torna mais vulnerável, especialmente o consumo de álcool, entre outras drogas lícitas e ilícitas pelo agressor, maior facilidade do agressor em controlar a vítima, menor contato com redes de apoio, longos períodos de convívio com o agressor, limitações financeiras, inseguranças e o desemprego são alguns dos fatores relacionados ao isolamento social que contribuiriam para o aumento da violência contra a mulher (BRASIL, 2020; OKABAYASHI et al., 2020).

O confinamento social se configura como uma medida de proteção na contaminação do vírus, porém, também representa um risco para a mulher. O isolamento social é um fator agravante para a mulher vítima de violência, pois reduz a rede de apoio que poderia encontrar em amigos, familiares e na comunidade. A mulher confinada em casa com um parceiro violento, em alguns casos, pode ser mais perigosa do que a contaminação por Covid-19 durante a pandemia (VIEIRO et al., 2021). O isolamento, para muitas mulheres, pode

significar um espaço para a alienação. Serviços que oferecem apoio às mulheres em situação de violência também foram atingidos pela pandemia, ao mesmo tempo em que o enfoque se voltou para o combate à propagação do vírus (CRUZ et al., 2020).

Vieira, Garcia e Maciel (2020) apontaram que, dentre os 3.739 homicídios de mulheres registrados no Brasil em 2019, 1.314 (35%) foram categorizados como feminicídios. Isso significa que, em média, a cada sete horas uma mulher é vítima de homicídio motivado exclusivamente por sua condição de gênero, sendo que 88,8% desses casos foram perpetrados por parceiros ou ex-parceiros. Durante o período de isolamento, as mulheres enfrentaram restrições à sua liberdade e comunicação, o que aumentou o risco de manipulação psicológica. Além disso, houve um aumento no controle sobre as finanças domésticas, pois os homens passaram a estar mais presentes em um ambiente tradicionalmente liderado por mulheres. O receio de perder o papel tradicionalmente associado ao homem como provedor pode ter contribuído para o aumento de comportamentos violentos.

Apesar de pouco se saber sobre o impacto de gênero durante epidemias de doenças infecciosas, sabe-se que ao longo de crises humanitárias, incluindo conflitos e desastres naturais, há um aumento na violência contra a mulher, suscetível à mudança de intensidade a medida que estes atingem vida social e econômica (PARKINSON; ZARA, 2013; CRUZ et al., 2020). A previsão de que as crises levam ao aumento da violência contra mulher escancaram o lugar de vulnerabilidade social da mulher, assim como os dados que evidenciam o aumento da violência com a pandemia por Covid-19 provocam incômodos e parecem legitimar a compreensão de que a violência contra a mulher é uma resposta natural e normal para os momentos de crise (BARBOSA et al., 2021).

O estudo conduzido por Flor et al. (2022) examinou as disparidades de gênero durante a pandemia de COVID-19 em 193 países. Eles descobriram que as mulheres foram mais afetadas economicamente devido à sua concentração em setores como hospitalidade e trabalho doméstico, e grupos minoritários e mulheres pobres foram os mais impactados. As mulheres enfrentaram mais perdas de emprego, aumento do trabalho não remunerado e interrupções educacionais, além de relatar mais casos de violência de gênero. A pandemia agravou as desigualdades existentes, destacando a necessidade de políticas de saúde materna abrangentes e sensíveis.

Por isso, considerando que o fenômeno da violência contra as mulheres em tempos de pandemia não é um fenômeno ahistórico e apolítico, mas que ao contrário, diz dos movimentos históricos e socioculturais sobre as relações de gênero, é importante que uma

pergunta constantemente ressoe de modo à não corroborar com uma prática descontextualizada sobre esta temática: Quais são as relações socioculturais que permeiam os conflitos durante a pandemia que corroboram para o aumento das violências contra mulheres?

Por isso, para além do contexto de pandemia e do isolamento social, cabe pensar no isolamento histórico de mulheres que vem sofrendo múltiplas violências e invisibilidades através do tempo, alicerçadas numa produção sócio-histórica que contribui para que as mulheres vivam situações que vão do isolamento ao extremo da alienação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao descrever essa realidade complexa que inclui diversas vulnerabilidades agregadas, discutimos neste trabalho as diversas dimensões que atravessam as mulheres durante a pandemia da Covid-19. Buscou-se interrogar e escapar de discursos essencialistas que aprisionam mulheres em uma situação de sobrecarga por naturalizar espaços de cuidado como características biológicas.

Apesar dos avanços conquistados pelo feminismo brasileiro, ainda existem muitos direitos a serem conquistados na luta feminina, o trabalho doméstico não remunerado exercido pelas mulheres permanece invisível e desvalorizado. Essa realidade, maximizada na experiência da mulher durante a pandemia, devido ao confinamento doméstico, e minimizada historicamente, traz a importante consideração de que o problema da exploração e dominação das mulheres é uma questão também de cunho político e social.

A atuação dos serviços de forma intersetorial se faz fundamental para que o cuidado das mulheres ocorra, afinal é nos entrelaços da rede que o cuidado compartilhado se faz possível, sendo este, um importante aspecto da sobrecarga feminina. Para isso, é importante que possamos romper com a ideia de cuidado como responsabilidade da mulher para que as práticas de saúde passem a considerar as mudanças em papéis assumidos pelo gênero feminino. Sendo assim, cabe salientar que as concepções sociais e culturais que permeiam a esfera sociocultural possuem efeitos que têm movimentado ou paralisado serviços assistenciais e de saúde em meio à crise da Covid-19.

Dessa maneira, as ressonâncias das concepções de cuidado em saúde em conjunto à desconsideração pelas posições sociais que as mulheres exercem acabam por não promover acolhimento e cuidado às mulheres, e ao invés de propiciar que as mulheres sejam potencializadas em seus processos pessoais, acabam por enraizar e delegar mais funções de

cuidado. A crise da Covid-19 impõe a necessidade de que ações simultâneas de atendimento emergencial e planejamento sejam problematizadas e elaboradas com um olhar atento às questões de gênero.

Nesse sentido advoga-se pela notoriedade das questões de gênero, manutenção e criação de políticas públicas de amparo às mulheres de modo geral, e principalmente, em situações de crises sanitárias. Assim, é fundamental que pesquisas e ações coletivas sejam realizadas em prol da luta pelos direitos das mulheres de modo a constantemente advertir a sociedade da exploração sócio histórica vivenciada pelas mulheres e da importância de caminhar na direção de proposições qualitativas para este campo.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, J. et al. **Políticas públicas e violência baseada no gênero durante a pandemia da Covid-19: ações presentes, ausentes e recomendadas.** (Nota Técnica, n. 78). Brasília: Ipea, 2020.

ALMEIDA, L. S. Mãe, cuidadora e trabalhadora: Múltiplas identidades de mães que trabalham. **Revista do Departamento de Psicologia - UFF**, v. 19, n. 2, p. 411- 422, 2007.

ARAÚJO, T. M. De.; LUA, I. O trabalho mudou-se para casa: trabalho remoto no contexto da pandemia de COVID-19. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional** [online], v. 46, e27, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2317-6369000030720>>. Acesso em: 19 jul. 2021.

2741

ÁVILA, M. B. Algumas questões teóricas e políticas sobre emprego doméstico. In: COSTA, A. et. al (Orgs.). **Divisão sexual do trabalho, estado e crise do capitalismo.** Recife: SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

BARBOSA, J. P. M.; LIMA, R. C. D.; SANTOS, G. B. M.; LANNA, S. D. & ANDRADE, M. A. C. Interseccionalidade e outros olhares sobre a violência contra mulheres em tempos de pandemia pela Covid-19. **Saúde Soc São Paulo.** v. 30, n. 2, e200367, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200367>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BARROS, V. da S.; OLIVEIRA, R. C. de. Desigualdades de gênero e espaço doméstico: o isolamento social e seus impactos no cotidiano das mulheres em tempos de Covid-19. **Almanaque Multidisciplinar de pesquisa**, v. 7, n. 2, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Clínica ampliada e compartilhada.** Brasília, 2009.

BRASIL. SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (SSP SP). **Estatísticas - violência contra as mulheres.** Disponível em: <<https://www.ssp.sp.gov.br/Estatistica/ViolenciaMulher.aspx>>. Acesso em 02 de maio de 2020.

CERQUEIRA, D; BUENO, S. **Atlas da violência 2023**. Brasília: Ipea; FBSP, 2023. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2023>>. Acesso em 22 de março de 2024.

CORREIA, M. de J. Sobre a Maternidade. **Análise Psicológica**, 3 (XVI), p. 365-371, 1998.

COUTINHO, S. M. dos S. **“A dona de tudo”: o que é ser mulher, mãe e esposa de acordo com as representações sociais de mulheres de duas gerações**. Tese de doutorado, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil, 2008.

CRUZ, R. de C. M. Da. et al. An interprofessional analysis of the impact of social isolation on women’s health during the Covid-19 pandemic. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 11, p. e5449119577, 2020. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/9577>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

FIOCRUZ. Agência Fiocruz de Notícias. Covid-19. **Estudo avalia condições de trabalho na Saúde** [Internet]. 2020. Disponível em: <<https://agencia.fiocruz.br/covid-19-estudo-avalia-condicoes-de-trabalho-na-saude>>. Acesso em: 22 març. 2021.

FLOR, L. S., FRIEDMAN, J., SPENCER, C. N., CAGNEY, J., ARRIETA, A., HERBERT, M. E., et al. Quantifying the effects of the COVID-19 pandemic on gender equality in health, social, and economic indicators: A comprehensive review of data from March 2020 to September 2021. *The Lancet*, v. 399, n. 10344, p. 2381-2397, 2022. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(22\)00008-3](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(22)00008-3)>. Acesso em: 22 març. 2024.

GARFBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 4. ed. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>>. Acesso em 22 de março de 2024.

CIA, C. F.; VIECILI, J. Implicações do retorno ao trabalho após licença-maternidade na rotina e no trabalho da mulher. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 30, n. 2, p. 271-280, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5541>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

GRADVOHL, S. M. O.; OSIS, M. J. D. & MAKUCH, M. Y. Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade. **Pensando famílias**, v. 18, n. 1, p. 55-62, 2014.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cad Pesqui**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2 jul. 2021.

MATOS, S. S. de.; SILVA, A. C. R. Quando duas epidemias se encontram: a vida das mulheres que têm filhos com a Síndrome Congênita do Zika Vírus na pandemia da Covid-19. **Cadernos De Campo** (São Paulo - 1991), v. 29, p. 329-340, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v29isupl329-340>>. Acesso em: 2 jul. 2021.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL (ONU). **Relatora da ONU: Estados devem combater violência doméstica na quarentena por Covid-19**, 2020. Disponível em:

<<https://nacoesunidas.org/relatora-da-onu-estados-devem-combater-violencia-domestica-na-quarentena-porcovid-19>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

NICHOLAS, D. B.; MACCULLOCH, R.; ROBERTS, W.; ZWAIGENBAUM, L.; MCKEEVERM, P. Tensions in maternal care for children, youth, and adults with autism spectrum disorder. **Global qualitative nursing research**, v. 7, p. 1-10, 2020. <https://doi.org/10.1177/2333393620907588> acessado em jul/2021.

OKABAYASHI, N. Y. T.; TASSARA, I. G.; CASACA, M. C. G.; FALCÃO, A. de A.; BELLINI, M. Z. Violência contra a mulher e feminicídio no Brasil - impacto do isolamento social pela Covid-19. **Braz. J. Hea. Rev.**, Curitiba, v. 3, n. 3, p. 4511-4531, 2020.

PARKINSON, D.; ZARA, C. The hidden disaster: Domestic violence in the aftermath of natural disaster. **Australian Journal of Emergency Management**, v. 28, n.2, 2013.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta paul. Enferm**, v. 20, n. 2, 2007.

SANTOS, B. M. P. A face feminina na linha de frente contra a pandemia de Covid-19. **Nursing (SP)**. v. 24, n. 275, p. 5480-5481, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.36489/nursing.2021v24i275p5480-5483>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

SANTOS, J. B. S.; SANTIAGO, E.; LOPES, E. R.; MERIGHI, C.; DUARTE, A. G. G.; CYRINO, C. M. S. A vivência da maternidade em meio à pandemia. **Glob Acad Nurs**. V. 2, n. 1, 2021.

SARDETO, A. R.; BAZARGHI, N.; FERRAZZA, D. A. Movimento feminista e antimanicomial: uma análise das lutas por direitos em uma sociedade capitalista-patriarcal. **Barbarói**. Santa Cruz do Sul, n. 58, p. 195-217, 2021.

SCHMIDT, B. et al. Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). **Estudos de Psicologia (Campinas)** [online], v. 37, e200063, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200063>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

TAVERO, I. L. et al. The gender perspective in the opinions and discourse of women about caregiving. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 52, e03370, 2018.

VIEIRA, P. R., GARCIA, L. P., & MACIEL, E. L. N. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela?. **Revista Brasileira De Epidemiologia**, v. 23, e200033, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-549720200033>>. Acesso em: 5 de março de 2024.